



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

JOÃO GABRIEL CUNHA DE FRANÇA

TRANSEXUALIDADE E SAÚDE COLETIVA:
Uma revisão da literatura

Brasília - DF

02 de junho 2021

JOÃO GABRIEL CUNHA DE FRANÇA

**TRANSEXUALIDADE E SAÚDE COLETIVA:
Uma revisão da literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel
em Saúde Coletiva

Professor Orientador: Doutora em Antropologia,
Ximena Pamela Díaz Bermúdez

Brasília – DF

2021

JOÃO GABRIEL CUNHA DE FRANÇA

**TRANSEXUALIDADE E SAÚDE COLETIVA:
Uma revisão da literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel
em Saúde Coletiva.

BANCA EXAMINADORA

Ximena Pamela Díaz Bermúdez
Doutora em Antropologia
Orientador(a)

Ana Valéria Machado
Mendonça
Doutora em Ciências da Informação
Membro

Edgar Merchán Hamann
Doutor em Saúde Pública
Membro

Aprovado em:

Brasília

02 de junho 2021

RESUMO

Objetivo: conhecer as abordagens levantadas sobre as temáticas que relacionam a transexualidade e saúde no Brasil. **Metodologia:** revisão integrativa da literatura utilizando a combinação dos descritores “transexualidade” e “saúde”. **Resultados:** foram encontrados 13 artigos entre os anos de 2005 e 2019 com abordagens dos campos das Ciências Sociais e Ciências da Saúde relacionadas aos descritores utilizados. Com base no material coletado as abordagens no campo das ciências sociais levantaram diversificados temas a respeito da transexualidade. Na dimensão do corpo, enquanto a categorização da diversidade de identidades de gênero; da sociedade, no que se refere as relações de poder exercidas de modo a produzir a marginalização das pessoas transexuais e travestis, e que se agravam quando se leva em consideração a inteseccionalidade nas relações de opressão. São destacadas questões referentes a redes de apoio e apoio social como fatores de proteção para essa população. Também apareceu na pesquisa a temática da transexualidade infantil, com estudo recente feito a partir de materiais midiáticos e de vivências trans. No campo das ciências da saúde os artigos abordaram temas relacionados à assistência à saúde para a população trans e travesti em serviços públicos de saúde, os avanços a partir das experiências e aprimoramento desses serviços, saúde mental a partir de uma pesquisa com trans e travestis em SP, bem como a promoção da saúde a partir de políticas publicas de reconhecimento da identidade social e da cidadania dessa população. **Considerações Finais:** O combate às formas de opressão e preconceito traduzidos em transfobia é urgente para que se promova a saúde e cidadania das pessoas trans e travestis, bem como o apoio e suporte social se constituem como fator de proteção na vida dessas pessoas que enfrentam tantas vulnerabilidades.

Palavras chave: transexualidade; saúde; revisão da literatura; Brasil.

ABSTRACT

Objectives: to know the approaches raised on themes that relate transsexuality and health in Brazil.

Methodology: integrative literature review using the combination of the descriptors “transsexuality” and “health”.

Results: 13 articles were found between the years 2005 and 2019 with approaches from the fields of Social Sciences and Health Sciences related to the descriptors used. Based on the material collected, approaches in the field of social sciences raised diverse themes about transsexuality. In the dimension of the body, as the categorization of the diversity of gender identities; of society, with regard to the power relations exercised in order to produce the marginalization of transsexuals and transvestites, and which worsen when taking into account the intertentionality in relations of oppression. Issues related to support networks and social support as protective factors for this population are highlighted. The theme of child transsexuality also appeared in the research, with a recent study based on media materials and transgender experiences. In the field of health sciences, the articles addressed issues related to health care for the trans and transvestite population in public health services, advances from the experiences and improvement of these services, as well as health promotion based on public health policies. recognition of the social identity and citizenship of this population.

Final Considerations: Combating forms of oppression and prejudice translated into transphobia are urgently needed to promote the health and citizenship of transgender people and transvestites, as well as social support and support as a protective factor in the lives of these people who face so many vulnerabilities .

Key-words: transsexuality; health; literature revision; Brazil

SUMÁRIO

Sumário

RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO.....	9
OBJETIVOS:.....	11
1. METODOLOGIA	12
2. RESULTADOS E DISCUSSÃO	15
2.1 – Abordagens do campo das Ciências Sociais.....	16
2.2- Abordagens do campo das Ciências da Saúde e da Saúde Coletiva.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28

INTRODUÇÃO

As questões relativas às identidades sexuais e de gênero passaram por muitas transformações nos últimos anos no que diz respeito às percepções adotadas pela comunidade médica, científica e até no âmbito social, um fenômeno que ocorre em todo mundo.

Nesse sentido, a necessidade de dar visibilidade e reconhecimento a essas novas possibilidades de existir, que escapam do padrão de sexualidade e de gênero impostos socialmente, tornam-se imprescindíveis. Os caminhos que se percorrem para alcançar os direitos de existência digna dessa população esbarram em normas que transcendem gerações e produzem uma desestruturação das lógicas binárias e de referências que se orientam pela biomedicina e por uma fundamentação essencialista (PERES E TOLEDO, 2011).

No Brasil, as formas de percepção da sexualidade começaram a ser alteradas desde 1970, a partir da luta de movimentos sociais que buscavam direitos para a população homossexual e que se somavam a outros movimentos sociais, como o movimento feminista. Juntos, esses movimentos buscavam romper com a lógica binária em que o sexo biológico determinaria a parceria sexual dos indivíduos. Outros acontecimentos posteriores, como o enfrentamento à pandemia de HIV em 1980, fizeram com que alguns setores da sociedade se organizassem para cobrar do governo o reconhecimento dos seus direitos, bem como o reconhecimento da diversidade sexual, de modo que outros grupos pudessem também ganhar visibilidade, como as pessoas trans e travestis. (MENEZES, 2018)

A transexualidade, segundo Bento (2008 p. 18), é uma “experiência identitária caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”, portanto da não associação imediata do sexo biológico com o gênero da pessoa e nem com a sua sexualidade, rompendo com isso uma normativa heterossexual que relaciona corpo, gênero e desejo e que é projetada desde o descobrimento do sexo biológico, ainda no ventre materno. Também é possível observar outras concepções sobre o que é a transexualidade, como a que remete a ideia de não se sentir vinculado ao sexo em termos anatômicos, o que não implica na presença de alguma patologia física (ARAN, 2006).

Por se tratar de uma forma considerada desviante do padrão social estabelecido e visto de maneira “não natural”, a transexualidade entra em conflito com as normas preestabelecidas de uma sociedade que é heteronormativa e oferece, com isso, outras possibilidades de existência, ao tempo em que essa existência implica inúmeras tensões nos diversos contextos sociais de inserção das pessoas trans e tende a medicalizar e patologizar a experiência. A condição de adoecido corrobora para situar o lugar de abjeção onde localizam-

se esses sujeitos. Assim, de forma sucinta, a ideia de patologização contribui para a criação de uma assistência para essa população e em contrapartida reforça-se um imaginário em que pessoas transexuais são pessoas doentes, alimentado por teorias que criam uma aproximação da transexualidade com a psicose, como sugerem alguns teóricos da psicologia.

Esse reforço à patologização da transexualidade carrega, além do preconceito, uma problemática que envolve a estigmatização de pessoas trans e travestis com relação a ser/estar doente, ao mesmo tempo em que estabelece o atendimento de saúde para essa população. Mesmo nesses serviços de saúde, na maioria das vezes, essas pessoas encontram muitas barreiras de acesso, o que contribui para a marginalização das mesmas assim como para a acentuação de suas vulnerabilidades.

Assim como assimilado na Política Nacional de Saúde LGBTTT (2013), o processo que envolve o adoecimento das populações tem um efeito de causalidade quando se compreende a determinação social dos sujeitos, e nesse sentido, as vulnerabilidades atravessadas pela população LGBTTT se constituem como aspectos que influenciam na qualidade de vida e saúde dessas pessoas. (BRASIL, 2013)

A urgência e a necessidade de promover a assistência à saúde para a população trans enquanto direito, são evidenciadas pela Política Nacional de Saúde LGBTTT, em que se reconhecem as vulnerabilidades, as condições precárias e desumanas as quais as pessoas trans são expostas diariamente. (BRASIL, 2013)

A necessidade de compreender o cenário no qual as pessoas transexuais e as travestis estão inseridas é de extrema importância, assim como compreender como elas estão sendo interpretadas e percebidas; e quais contribuições podem ser reais em suas vidas, livres de estigmas e preconceitos, para que se promova a saúde e a cidadania dessas pessoas.

OBJETIVOS:

Objetivo geral: Sistematizar as abordagens relacionadas à temática da transexualidade nos campos das Ciências da Saúde e das Ciências Sociais.

Objetivos Específicos:

1. Identificar o que tem sido discutido quando se pesquisa o tema da transexualidade no Brasil nas Ciências Sociais e Ciências da Saúde;
2. Sintetizar as contribuições da Saúde Coletiva em diálogo com as Ciências Sociais para a temática da transexualidade no Brasil e para a promoção da saúde dessas pessoas.

1. METODOLOGIA

Apresentação do percurso metodológico:

No presente trabalho, de abordagem qualitativa, utilizou-se como instrumento a Revisão Integrativa de literatura, como sendo uma revisão de caráter mais amplo que permite a inclusão simultânea de pesquisas e proporciona uma compreensão mais completa sobre o tema de interesse, assim como permite a combinação de dados da literatura teórica e empírica. (MENDES, SILVEIRA E GALVÃO; 2009) A utilização desse tipo de revisão fornece informações abrangentes sobre um tema ou questão e pode, assim, constituir um corpo de conhecimento (ERCOLE, MELO E ALCOFORADO, 2014).

Assim, foram levantados e analisados conteúdos acerca de como a Saúde Coletiva e as Ciências Sociais abordam a questão da transexualidade no Brasil entre 2005 e 2019. A revisão de literatura, dessa forma, permitiu encontrar alguns dos estudos que tratam da questão da transexualidade no Brasil neste período.

O ano de 2005 também é o ano em que ocorreu o I Encontro Nacional de Transexuais e originou o Coletivo Nacional de Transexuais, antecedido por vários debates que cobravam do Ministério da Saúde uma posição em relação às pautas de assistência à saúde da população LGBT. Posteriormente discussões a respeito da elaboração de protocolos, acompanhamentos e avaliação das pessoas trans também foram debatidas entre entidades públicas e da sociedade civil a respeito da atenção a saúde desse público (ARAN, 2009).

Nesse sentido, o início das publicações que relacionam a saúde com a transexualidade podem estar relacionadas com a emergência do tema a partir da institucionalização do debate no país no âmbito da saúde e, portanto, no Sistema Único de Saúde (SUS).

O interesse no tema faz parte de um conjunto de questionamentos pessoais em busca do entendimento da dinâmica do Brasil em relação às causas que envolvem o público LGBTQI+, enquanto uma pessoa que faz parte desse público, somado então às grandes problemáticas envolvendo as pessoas trans e travestis que aqui resistem fortemente para ocupar um espaço digno na sociedade, e até antes disso, apenas serem reconhecidas como seres humanos com direitos. Também a necessidade de compreender como a saúde coletiva pode contribuir para a promoção da saúde e da cidadania dessas pessoas, e pessoalmente, enquanto futuro sanitarista.

O método de revisão integrativa permite abranger tanto estudos teóricos quanto empíricos, englobando na amostragem diferentes estudos e possibilitando um retrato compreensivo do tópico que é de interesse do estudo. Dessa forma, a seleção dos estudos é

direcionada ao objetivo da pesquisa e pode incluir na amostragem uma variedade capaz de trazer um entendimento, com base em estudos anteriores, sobre determinados fenômenos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A base de dados utilizada para a coleta de informações foi a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Ela foi selecionada por confirmar uma percepção prévia de que esta plataforma congregava um número grande de referências bibliográficas brasileiras no campo da saúde. O contato com o material se deu através da utilização dos descritores “transexualidade” AND “saúde”, na plataforma entre os meses de junho a agosto de 2020. Os descritores foram escolhidos por melhor relacionar os temas com o objetivo da pesquisa, além de objetivar e limitar a busca, levando em consideração o alto volume de publicações resultantes da pesquisa. O objetivo da pesquisa, no entanto, é levantar, sistematizar e compreender como a Saúde Coletiva e a Ciências Sociais tem abordado a questão da transexualidade.

A pesquisa na base de dados resultou, inicialmente, em 4020 documentos. Com a utilização de filtros na própria plataforma, algumas publicações foram selecionadas. Filtrou-se na pesquisa as publicações que estavam disponíveis, de base de dados nacionais e em português, resultando em 56 documentos. Foram selecionados também apenas os artigos (18), excluindo tese, monografia e recursos educacionais abertos (34). E desses, apenas 13 artigos tinham relação com o objetivo da pesquisa. Vale mencionar que não foram utilizados filtros de data para os artigos. Foram excluídos da pesquisa artigos em que a abordagem era majoritariamente voltada para a psicanálise e a psicologia. A análise se deu por meio da leitura dos artigos, começando pelos títulos, os resumos e o texto completo.

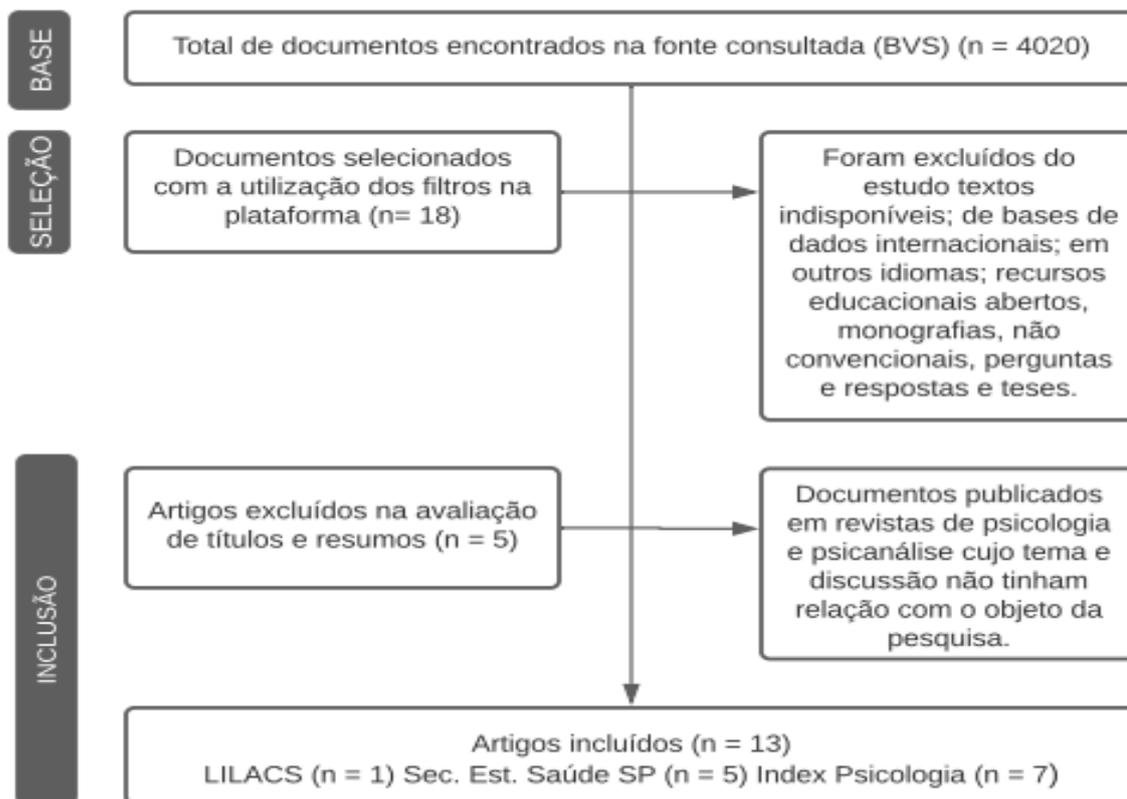


Figura 1. PRISMA fluxograma dos artigos revisados.

Para a sistematização e análise, os artigos foram organizados de forma que as abordagens mais sociológicas viessem na primeira parte do trabalho, seguida dos conteúdos relativos ao campo mais especializado da Saúde Coletiva, como políticas públicas e atenção à saúde.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontradas 13 publicações que abrangem o período de 2005 e 2019, sendo respectivamente o artigo mais antigo e o mais atual encontrado na base de dados após a aplicação dos filtros. As publicações foram organizadas e separadas por tradição disciplinar, nos campos das Ciências Sociais e Ciências da Saúde, sendo que as publicações que abordavam temas mais relativos à saúde vieram na segunda parte do trabalho e foram separadas nos temas de assistência à saúde para a população trans e travesti, políticas públicas e promoção dos direitos dessa população.

Tabela 1 – Artigos com abordagens mais relacionadas com o campo das Ciências Sociais.

Título do artigo	Autor	Ano de publicação	Locais	Tradição disciplinar	Tema
Olhares e abordagens sobre crianças trans	Gonçalves, Mariluci Vieira Gomes de Souza; Franco, Neil.	2019	MG	Psicologia; educação.	Utilizaram publicações entre 2005 e 2018 eixos como transexualidade infantil e mídias, vivências trans na infância, transexualidade infantil e patologização
Transfobia e racismo: articulação de violências nas vivências de trans	Menezes, Lincoln Moreira de Jesus.	2018	SP	Ciências Sociais	Discute a articulação de violências de gênero e raça vividas por trans negras, baseado em pesquisa realizada na cidade de São Paulo.
Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros	Silva, Bruno de Brito; Cerqueira-Santos, Elder.	2014	SE	Psicologia	Estudo teórico que explora a ideia de identidade social em transexuais e travestis a partir dos conceitos de gênero, corpo, sexualidade e da importância e influência do apoio e do suporte social no universo trans.
O apoio da rede social a transexuais femininas	Soares, Milene; Feijó, Marianne Ramos; Valério, Nelson Iguimar; et al.	2011	SP	Psicologia, Medica psiquiatria, Psiquiatria, Psicologia, Psiquiatria.	O estudo tinha como objetivo compreender a relação atual de transexuais femininas com suas redes sociais.
Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder	Peres, William Siqueira; Toledo, Livia Gonsalves.	2011	SP	Psicologia	Este artigo aborda questionamentos sobre a normatização dos sexos, gêneros, desejos e práticas sexuais a partir do surgimento de novas identidades sexuais que podem ser classificadas como queer – travestis, transexuais e transgêneros.
Body Building, Travestismo e feminilidade	Próchno, Caio César Sousa Camargo; Nascimento, Maria José de Castro; Romera, Maria Lúcia Castilho.	2009	GO	Psicologia	Neste artigo, parte-se da ideia de corpo virtual, de sexualidade e das histórias do travestismo e transexualismo. Aborda-se a busca pelo feminino por alguns homens e também por mulheres.
Inversões do papel de gênero: "drag queens", travestismo e transexualismo	Cardoso, Fernando Luiz.	2005	SC	Antropologia, Saude Publica.	Este artigo discute algumas categorias comumente usadas no campo da sexologia, mas pouco claras em termos de definição.

Tabela 2- Artigos com abordagens mais relacionadas com o campo das Ciências da Saúde.

Título do artigo	Autor	Ano de publicação	Locais	Tradição disciplinar	Tema
Experiências de uma ONG na promoção de direitos e saúde trans em São Paulo	McBritton, Marta; Di Pietro, Tadeu; Figueiredo, Regina; Wolfe, et al.	2019	SP	Ges Projetos Sociais, Artes cênicas, Sociologia, Antropologia Direito, Turismo, Enfermagem, Ed. Física, Administração, Letras, Psicologia.	Ações realizadas pelo Instituto Barong em São Paulo.
Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais: desafios e realizações	Gianna, Maria Clara; Martins, Ricardo Barbosa; Shimma, Emi.	2018	SP	Medicina, Psicologia.	Narra a formação do ASITT no Estado de São Paulo, serviço pioneiro de atenção a este público no país.
AMTIGOS - Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e orientação sexual de IPQ/HCMF/USP: proposta de trabalho com crianças e adolescentes	Saadeh, Alexandre; Caetano, Liliãne de Oliveira; Gonzalez, Luciane;	2018	SP	Medicina, Psiquiatria, Assistência Social, Psicologia, Fonoaudiologia.	AMTIGOS – Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual
Nome social e a plena cidadania T	Rodrigo, Cássio.	2018	SP	Jornalismo	O texto aborda o conceito de nome social para travestis, mulheres transexuais e homens trans e como o mesmo se reverte em políticas públicas no Estado de São Paulo.
Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia	Giongo, Carmem Regina; Menegotto, Lisiane Machado De Oliveira; Petters, Simone.	2012	RS	Psicologia, Saúde Coletiva	Este trabalho teve como objetivo analisar e discutir as demandas de travestis e transexuais profissionais do sexo com relação à saúde mental.
Transexualidade, corpo e saúde coletiva	Márcia, Arán; Zaidhaft, Sérgio; Murta, Daniela.	2008	RJ	Psicologia, Psiquiatria.	O artigo discute o atendimento a pacientes transexuais na rede pública de saúde, no HUCFF da UFRJ com transexuais que procuraram atendimento com o objetivo de realização de cirurgia de transgenitalização.

2.1 – Abordagens do campo das Ciências Sociais

O período que abrange os artigos encontrados foi identificado por Gonçalves e Franco (2019) pela ligação com a criação de um cenário investigativo e exploratório em relação à temática da transexualidade, e principalmente no âmbito da história, da cultura e da sociedade, conclusão que obteve também através da observação da área de atuação dos autores dos artigos que utilizou na sua pesquisa, que se dividiam entre a área das Ciências Humanas e Ciências da Saúde.

Dentre os artigos encontrados na base de dados para o presente estudo verificou-se que, com a exceção de três artigos, todos os outros apresentaram autores do campo da psicologia.

Entre os artigos em que a abordagem está mais associada ao campo das ciências humanas e sociais, o mais antigo encontrado na base de dados após a aplicação dos filtros, e elaborado no sul do país (SC), busca trazer as concepções das categorias que envolvem a transexualidade e a travestilidade a partir de análises da sexologia, e principalmente, sob os conceitos que o teórico Money (1988) propôs, em que se estabelece uma relação entre os critérios de sexo, gênero e orientação sexual.

Para compreensão e conceituação das categorias investigadas no artigo, Cardoso (2005) traz o agrupamento de características relativas à travestilidade e à transexualidade segundo outros autores, Benjamim (1966) e Fraser (2003), que relacionam aspectos como a orientação

sexual, no sentido de que a homossexualidade poderia ser a fonte dos conflitos com o gênero masculino; o desejo de vestir-se como mulheres e uma “tendência fetichista” em que se encontraria prazer em se perceber com características e adereços socialmente obtidos como femininas, para criar paralelos que definiriam em níveis a travestilidade e a transexualidade e assim criando categorias com possibilidade de analisá-las.

O autor do artigo recorre a estudos de outros autores em outros países para criar um panorama que busca entender as relações da transexualidade e travestilidade com o corpo e com a orientação sexual dessas pessoas, e observa também a diversidade de variações culturais a respeito dessas questões. Com isso, o autor destaca que o levantamento das informações tem a finalidade de diferenciar as pessoas que vivem em conflito com o gênero e auxiliar no trabalho dos sexólogos para com essas pessoas.

Ainda, o autor levanta questões sobre o que ele chama de cirurgia transexual, e discute a partir de alguns dados o nível de satisfação das pessoas que passaram pelo procedimento. Contudo, o autor levanta no artigo a possibilidade de existir uma relação entre a orientação sexual e o gênero em pessoas trans e travestis, em que um aspecto poderia exercer influência sobre o outro.

Outro artigo, elaborado no centro-oeste do país, mas ainda no campo das abordagens mais sociológicas sobre a temática da transexualidade, os autores focaram na dimensão do corpo para buscar entender as dinâmicas que cercam a subjetividade, a travestilidade e a ligação com o feminino. Para isso foi criado um panorama que discorre sobre o processo dinâmico e moral que envolveu a sexualidade ao longo do tempo, quando as relações entre os homens deixaram de ser comuns e a heterossexualidade tornou-se uma questão de moralidade, até chegar ao culto ao corpo feminino.

A partir dessas considerações, o autor discute a busca pela feminilidade partindo de pessoas designadas biologicamente como homens e a acentuação das formas femininas por mulheres cis, em uma perspectiva em que a travestilidade poderia estar ligada a essa busca. Além disso, também evoca o conceito de identidade *queer* (Butler, 2003) para levantar algumas discussões que emergem a respeito da identidade de gênero, como as novas possibilidades que extrapolam e questionam a ordem binária.

No sudeste do país, em São Paulo, os psicólogos Peres e Toledo (2011) ao pesquisarem o fenômeno da transexualidade buscaram identificar como mecanismos de poder exercem influência sobre as identidades de gênero que são dissidentes das normativas heterossexuais, principalmente em relação ao processo de estigmatização dessas pessoas e encontraram, portanto, o conceito de biopoder cunhado por Michel Foucault (1985).

Os autores discutem como as ferramentas sociais de manutenção das normas hegemônicas são fundamentais nos processos que marginalizam os grupos dissidentes gerando desigualdades e violências, e destacam que essas situações são enfrentadas por pessoas trans e travestis desde muito cedo, ainda no núcleo familiar e que se estendem para o resto da sociedade, permeando as instituições. Nesse sentido, o artigo ressalta a relação que existe entre os processos de estigmatização que surgem a partir das relações de poder, e a produção das vulnerabilidades as quais essas pessoas estão expostas.

Peres e Toledo (2011) debatem ainda a necessidade de resistência e enfrentamento dessas forças sociais, que as pessoas trans e travestis reivindicam para que se reconheça o direito de poder existir e de ter direitos. Escrevem, portanto, que:

A partir desse encontro com o poder, e de resistência ao mesmo tempo, surgem novas possibilidades de existencialização, logo, de novas demandas psicossociais e políticas de emancipação de direito a ter direitos, ou seja, de poder vivenciar sua condição de cidadania, visibilizando, assim, a emergência contemporânea de novos sujeitos.

Nesse sentido, os autores trouxeram no artigo discussões que fazem parte de demandas que apresentam certa urgência para essa população, já que diz respeito à saúde dessas pessoas, levantando as barreiras que são encontradas no acesso à saúde e as severas consequências que isso acarreta.

Peres e Toledo (2011) discutem ainda o espaço que é designado para as pessoas trans e travestis dentro da sociedade, localizado sempre à margem, e invocam Judith Butler (2003) em relação à percepção que se toma para essas pessoas, enquanto corpos abjetos, sem o reconhecimento de humanidade nem tampouco de cidadania. Discutem também a transfobia enquanto um fenômeno de fobia produzido a partir do social frente ao que é tido como diferente ou “estranho”, transgressor das normas hegemônicas de identidade sexual e de gênero, que resulta em uma série de violências, e que segundo os autores, necessita de intensa participação do Estado para cessá-las.

Os autores evocam que a própria existência das pessoas trans e travestis se constituem como a resistência ao biopoder e o exercício da liberdade, da subjetividade e autenticidade, quando escrevem:

[...] por isso, podemos considerar que os enfrentamentos e resistências ao biopoder estão nas próprias existências das travestis, dos(as) transexuais e dos(as) transgêneros, nos seus modos de ser, estar e circular pelo mundo, imersos em um campo de normas e regras de sexo, gênero e sexualidades que são inculcadas em cada um de modo sutil ou violentamente pelos instrumentos do biopoder.

Ainda no ano de 2011 e, também, em São Paulo, outros autores, entre psicólogos e psiquiatras discutiram as relações entre transexuais femininas e suas redes de apoio a partir de uma pesquisa com mulheres transexuais que realizaram a cirurgia de redesignação em um hospital no interior de São Paulo. Os autores elaboraram mapas de redes e genogramas para compreender como funcionavam as redes de apoio das cinco mulheres que colaboraram com a pesquisa, levando em consideração a realização da cirurgia de redesignação e como elas percebem o reflexo das alterações corporais em suas vidas.

A pesquisa traz relatos das colaboradoras em relação ao processo de transgenitalização e os problemas enfrentados pelas mesmas com relação à condição transexual, antes e depois da cirurgia. Os autores chamam atenção para as experiências de preconceito vividas, o sofrimento psíquico, a necessidade do atendimento humanizado de saúde e os pequenos avanços nas conquistas de direitos dessa população, enquanto pontos que devem levados em consideração na construção das redes de apoio para essa população.

Outro artigo, um pouco mais recente, elaborado no nordeste do país, também abordou o apoio e suporte social, porém foca na influência que esse apoio e suporte exercem na construção da identidade trans, englobando travestis, transexuais e transgêneros. Os autores ressaltam a relevância que a imagem social tem na sociedade a partir do reconhecimento que os indivíduos fazem aos seus respectivos grupos, conforme suas características e a diferenciação em relação aos outros grupos; destacando a importância que existe na construção da autoimagem e da autoestima.

Silva e Santos (2014) abordam a despeito da identidade social trans, possíveis grupos os quais as pessoas trans podem estar identificadas na sociedade, destacando as relações com situações de vulnerabilidade a partir da expressão de uma identidade de gênero que não acompanha normas e padrões diante uma sociedade que tem seus valores pautados na cisgeneridade e na heterossexualidade.

Os autores, por meio de teorias da psicologia, explanam uma teorização a respeito da construção da identidade a partir do ambiente em que se vive e as relações de apoio e suporte às quais os sujeitos têm possibilidade de integrar em suas trajetórias. Pensando em como alguns fatores influenciam positivamente e negativamente em relação ao apoio e suporte social, enquanto fatores de risco e proteção de acordo com as interações do ambiente, os autores buscaram destacar como as enfraquecidas redes de apoio das pessoas trans e travestis reforçam as vulnerabilidades as quais essas pessoas estão expostas.

É possível observar que entre os artigos encontrados, a maioria dos autores levantou a importância do sentimento de pertencimento para as pessoas trans e travesti, percebendo a

relevância do que isso pode trazer para a identificação, reconhecimento e autonomia dessas pessoas.

Em relação às vulnerabilidades sobre as quais a população trans e travesti está exposta, o artigo de Jesus (2018) encontrado na base de dados utilizada, destaca um cenário de interseccionalidades que perpassa classe, sexo, gênero e raça; e que deste modo, ser negro, por exemplo, se constitui como um desprivilegio na sociedade. Segundo Jesus (2018) é possível perceber a particularidade que existe nos processos de corporificação e subjetivação de mulheres trans e travestis em nosso país, destacando a colonialidade neste processo e identificando, por exemplo, o perfil de violência no Brasil estabelecido, em que jovens e negros são majoritariamente atingidos.

Assim, por meio de dados coletados em uma pesquisa quantitativa feita em São Paulo com pessoas trans, em que o contato com o público se deu entre os anos de 2017 e 2018, Jesus (2018) buscou verificar as relações entre transfobia e racismo, enquanto o racismo funcionando como um agravante no processo de produção das múltiplas vulnerabilidades enfrentadas pela população trans e travesti.

O estudo mais recente (2019) encontrado na base de dados utilizada, que também traz formulações mais sociais a respeito da temática da transexualidade, é um artigo que busca entender como estão fundamentadas as discussões sobre transexualidade na fase infantil desses indivíduos em três categorias, a transexualidade infantil e mídias, vivências trans na infância e transexualidade infantil e transexualidade infantil e patologização.

A partir dessas categorias, os autores procuraram estabelecer uma análise entre os estudos encontrados. Em relação à transexualidade infantil e mídias, se discutiu o impacto cultural e social de algumas produções da mídia relacionadas ao tema a partir da análise de outros autores, no sentido de que as discussões e a abordagem da mídia influenciam no modo como um determinado assunto é discutido em uma sociedade.

A categoria que buscou discutir vivências trans na infância, utilizou de estudos empíricos que relacionaram relatos e questionários aplicados em pessoas trans adultas sobre suas vivências na fase da infância. O material coletado nesses estudos englobava aspectos gerais sobre a vida dessas pessoas e suas subjetividades, e destacavam o papel da escola como espaço importante na construção da identidade de gênero na infância em discordância com os padrões de gênero. O autor do artigo também confirmou as restrições levantadas a respeito da produção de conteúdos sobre a temática.

A última categoria que integra o artigo discute transexualidade infantil e patologização a partir de dois estudos de vertente diagnóstica com base na concepção de transexualidade em

se tratando de um transtorno de identidade de gênero (TIG). Em relação ao primeiro artigo que envolve a discussão, o qual explana uma experiência terapêutica com uma criança para que se desenvolvam características e desejos do gênero biológico, o autor levanta questões relacionadas à adequação e normatização do gênero e a utilização de tratamento para corrigir comportamentos e conformá-los com o esperado socialmente. Já em relação ao segundo estudo utilizado para a categoria, bibliográfico e também de vertente diagnóstica, assim como mencionado, o autor destaca o viés médico e patologizante em relação à concepção das transgeneridades, bem como os aspectos fixados no entendimento essencialista de educação dos corpos pautados em teorias como as de John Money, de meados do século passado, para a concepção da identidade de gênero, que desconsideram a subjetividade das crianças, como destacado pelos autores do artigo.

De forma cronológica, é possível observar como a abordagem dos autores ao longo dos anos contribui e se molda às discussões de cada período e a medida com que avança os direitos e o reconhecimento dessas pessoas enquanto cidadãos, bem como avançam os conhecimentos sobre a população trans e suas subjetividades e especificidades.

2.2- Abordagens do campo das Ciências da Saúde e da Saúde Coletiva

Os artigos selecionados para esta parte do presente trabalho têm abordagens mais próximas à área da saúde coletiva e das ciências da saúde. Também englobam nesses artigos, temas relativos às políticas públicas no que tange a questão da diversidade sexual e de gênero.

Quatro desses artigos, entre os mais recentes que aparecem no presente estudo, foram publicados no Boletim do Instituto de Saúde do Estado de São Paulo entre os anos de 2018 e 2019.

Dentro da perspectiva de saúde em relação à temática da transexualidade alguns autores trouxeram estudos de caráter exploratório, no sentido de conhecer e compreender as demandas do público trans nos serviços de saúde que já existiam ou que foram surgindo para acolher essa população.

Um artigo publicado em 2008 discute a experiência clínica e institucional do Hospital Universitário Clemente Braga Filho da UFRJ (ARÁN; Zaidhaft; Murta; 2008) com a demanda de transexuais que pleiteavam a cirurgia de redesignação sexual no intuito de compreender essas pessoas em relação as suas demandas e reivindicações.

Antes de discutir a experiência do hospital, os autores introduzem as discussões que giram entorno da temática da transexualidade até àquela época, que não se distancia, entretanto, das discussões que são trazidas posteriormente nos artigos mais recentes encontrados, assim como será demonstrado.

Os autores discutem o dispositivo da transexualidade abordando as concepções que construíram a teorização a respeito do tema, usando como referência alguns autores e teóricos que abordaram a temática ao longo do tempo. Foram levantadas contribuições de teóricos em relação à compreensão da ideia de separação do sexo biológico com a identidade de gênero em que se leva em consideração a subjetividade e as influências culturais, teorizações em que a concepção da transexualidade se baseava em uma forte crença feminina e a incorporação da temática pela medicina diagnóstica, o que levou a compreensão da transexualidade como patologia com influências da psicanálise.

O artigo de caráter exploratório foi realizado a partir de uma pesquisa com 16 transexuais que buscaram atendimento no Hospital Universitário da UFRJ e tinha como objetivo compreender o dispositivo da transexualidade nas práticas de saúde bem como a diversidade das narrativas transexuais. Entre as temáticas levantadas, o artigo trouxe questões referentes à demanda de cirurgia de transgenitalização por parte dos pacientes e destacou a importância de se considerar a subjetividade das narrativas em se estabelecer percepções terapêuticas normativas, que podem de alguma forma contribuir para a ideia de patologização da experiência trans.

Ao relatar a experiência de sofrimento psíquico muito presente nas narrativas analisadas e expostas no artigo, os autores discutem a ideia de fixação da transexualidade em uma estrutura única por parte da sociedade e, nesse sentido, discorrem sobre como isso contribui para a psiquiatrização, portanto patologização da experiência trans sem que se considere a singularidade de subjetivação de cada experiência identitária.

Ainda no artigo são levantadas questões referentes à sexualidade das pacientes entrevistadas, em que, apesar de aparecer em segundo plano em relação à demanda de obtenção de uma identidade feminina, assim como afirmam os autores, se trata de uma questão relevante já que faz parte do conjunto de dispositivos que garantem a inteligibilidade social.

Outras questões como dificuldades profissionais e mudança de identidade civil são levantadas no artigo, estão relacionadas e demonstram representar grandes barreiras na vida das pessoas trans, já que muitos constrangimentos são gerados assim como problemas burocráticos que envolviam documentação oficial, que àquela época necessitava da cirurgia como passo importante na conquista da mudança do nome.

Como a demanda que levou as transexuais para o Hospital Universitário da UFRJ se tratava majoritariamente da busca pela cirurgia de transexualização, o artigo também levanta questões sobre a cirurgia e as narrativas que cercam essa modificação no corpo e contribuem para a consideração de suas subjetividades, bem como atenta para a consciência dessas pessoas de que a cirurgia, apesar da grande relevância no processo terapêutico, não resolveria todos os problemas que elas enfrentam cotidianamente.

Nesse sentido, os autores destacaram a importância da cirurgia e o contexto que levou o debate para o sistema público de saúde, em que apesar de ser fundado no diagnóstico de um transtorno contribuiu para criação da assistência desse público.

Outros artigos encontrados também discutiram a assistência à saúde oferecida para a população trans de forma qualitativa, porém no estado de São Paulo e em ambulatórios específicos para essa população criados em 2009 e 2010.

Os autores do artigo publicado em 2019 trazem a experiência do primeiro serviço de atenção à saúde no Estado de São Paulo destinado ao público trans, o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (ASITT) (GIANNA; MARTINS; SHIMMA; 2019).

O artigo relata as circunstâncias que levaram a criação do ambulatório no ano de 2009, pelo então secretário de saúde na época, baseado nas decisões da I Conferência Estadual de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais e considerando também a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde de 2006.

Também foram levantadas no artigo as medidas necessárias para a implantação do ambulatório bem como para a expansão e continuação dos atendimentos e, destacado o diferencial do ambulatório em oferecer atendimento a homens trans e a travestis em relação à realização de procedimentos de adequação de identidade de gênero, o que culminou, posteriormente na elaboração de documentos que visavam o cuidado das travestis.

Ainda, os autores destacaram que a criação do ambulatório aconteceu em consonância com as orientações globais e nacionais relacionadas ao tema, considerando que a proteção e a garantia dos direitos dessa população extrapolam a dimensão de saúde e estão ligadas com a produção de vulnerabilidades nessa população.

O artigo pontua as características do ambulatório, que conta com uma equipe multidisciplinar e dispõe de várias modalidades de atendimento, desde o acolhimento até o acompanhamento com especialidades médicas específicas, psicoterapia e serviço social. Alguns hospitais e serviços de saúde citados no artigo são referenciados para a realização de procedimentos e atuam como parceiros no atendimento do público trans.

Com a experiência do ambulatório, os Gianna et al. (2019) identificaram que existem alguns dispositivos que atuam como fator de proteção dessa população no enfrentamento da grande vulnerabilidade social vivida, e descrevem que:

[...] o suporte social e a estabilidade emocional dos indivíduos são fatores de proteção e resiliência significativos no enfrentamento das adversidades e preconceitos que fazem parte da realidade dessa população. Outro fator de proteção observado é a construção e manutenção de rede social estável, onde as pessoas possam expressar-se de forma autêntica e coerente com seus sentimentos e orientação de gênero. (PG)

Foram ressaltadas no artigo as significativas contribuições do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (ASITT) no avanço da assistência do público trans e travesti no Estado de São Paulo, concretizando ações e serviços, e contribuindo na elaboração de documentos normativos para auxiliar no cuidado de saúde e na promoção da cidadania dessa população. Destacaram também que a bagagem acumulada pelo ambulatório deve servir para a expansão e o aprimoramento dos serviços direcionados para esse público.

O outro artigo levanta as experiências obtidas no Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo que foi criado em 2010 e atualmente tem seus atendimentos focados em crianças e adolescentes transexuais.

Os autores discutiram no decorrer do artigo, temáticas relacionadas ao tema que estão ligadas a própria atuação dos profissionais de modo transdisciplinar em relação aos pacientes que eram atendidos no ambulatório. É importante destacar que os atendimentos do ambulatório são estendidos para os familiares no sentido de amparo e auxílio para lidar com as problemáticas que envolvem a condição trans, levando em consideração os estigmas e preconceitos que cercam a temática.

A respeito da disforia de gênero na infância os autores mencionam não existir nenhum protocolo de diagnóstico, porém quando se pode perceber um intenso e persistente sofrimento na criança, um profissional é capaz de confirmar se se trata de conflitos com a identidade de

gênero. Nesse sentido, avaliam muito importante o apoio aos familiares para que possam entender e respeitar a situação que a criança transexual enfrenta.

Na fase adolescente, questões importantes sobre a experiência transexual são enfrentadas por esses indivíduos e mencionadas pelos autores do artigo, já que a fase traz significantes modificações corporais e influenciam objetivamente nos conflitos com a identidade de gênero. Os autores chamam atenção para a importância da existência de apoio e a necessidade do sentimento de pertencimento por parte dos indivíduos que vivenciam a experiência transexual, assim como para todos os indivíduos da sociedade.

O artigo trata ainda sobre a relação da psiquiatria com a transexualidade, dado que o diagnóstico tem grande influência de patologia mental e por anos esteve no classificado enquanto sendo um transtorno.

A assistência oferecida para os pacientes transexuais é dividida em três eixos, sendo a psicoterapia, o tratamento hormonal e a cirurgia de redesignação, em que a cirurgia se constitui como uma decisão individual e não como regra. Também são elencados no artigo cuidados que devem ser levados em consideração pelo psiquiatra no momento do diagnóstico e que visam à atenção integral de saúde da pessoa transexual, o cuidado multidisciplinar e livre de discriminações que podem afastar os usuários dos serviços de saúde e levá-los para atendimentos clandestinos que coloquem suas vidas em risco.

No ambulatório, como levantado no artigo, também existe atendimento fonoaudiológico e notou-se que a procura era mais elevada entre mulheres trans, mas que posteriormente homens trans também procuraram o atendimento. Entre as crianças o atendimento é pioneiro e de caráter longitudinal, como destacado.

O artigo menciona a terapia cruzada de hormônios e como se dá a sua realização, que respeita uma série de avaliações físicas e psicológicas e que funcionam como uma anamnese para direcionar o tratamento. Também são levantados dados referentes às drogas mais utilizadas nos tratamentos hormonais de pessoas transexuais no Brasil.

O artigo também traz o trabalho realizado pelo ambulatório com um grupo de pessoas que desejam e aguardam realizar a cirurgia de transgenitalização, maiores de 21 anos e que já passaram pelas etapas necessárias. O grupo funciona como um espaço terapêutico de compartilhamento de experiências entre o público atendido pelo ambulatório e faz parte como uma das etapas necessárias para chegar à cirurgia de redesignação; é destacada a demora enfrentada para a realização da cirurgia e os sentimentos que são gerados entre os pacientes.

Além dessas questões, o artigo também traz números a respeito da quantidade de atendimentos feitos pelo ambulatório, entre crianças, adolescentes e adultos.

Outro artigo encontrado na base de dados utilizada para o presente estudo realizou uma pesquisa em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com dez travestis e duas transexuais que tralhavam como profissionais do sexo. O artigo buscou discutir as demandas relacionadas à saúde mental dessas pessoas a partir da utilização de grupos focais realizados com o auxílio de uma ONG, a qual foi utilizada para alcançar o público da referida pesquisa.

No que tange a políticas públicas direcionadas a conquista da cidadania da pessoa transexual ou travesti, um artigo de 2018 discorre sobre a utilização do nome social no Estado de São Paulo, enquanto o prenome adotado por uma pessoa que corresponde à identificação de sua identidade de gênero.

No artigo, Rodrigo (2018) descreve as alterações que ocorreram através de políticas públicas no Estado, no sentido de garantir a alteração do nome e utilização do nome social principalmente em entidades públicas de educação, segurança e saúde, e também em algumas entidades privadas.

O artigo reforça a necessidade de se respeitar a identidade de gênero da pessoa trans e travesti e conquistar a cidadania dessas pessoas, levantando a dicotomia do tratamento do Estado para pessoas cis e trans, e as barreiras que existem para pessoas trans terem os seus nomes retificados.

A questão da utilização do nome social, mencionada pela maioria dos autores na pesquisa, deve ser tratada como sendo um fator de extrema importância na vida de pessoas trans e travestis, já que cotidianamente essas pessoas passam por constrangimentos e são estigmatizadas ao precisarem utilizar seus documentos constando nomes os quais não se identificam mais e que não correspondem com sua identificação de gênero. Essas situações reforçam estigmas preconceituosos e contribuem para a marginalização dessas pessoas, bem como para o aumento das vulnerabilidades que se somam em suas trajetórias.

Ainda em relação à promoção dos direitos e da saúde da população trans e travesti, um artigo publicado no ano de 2019 encontrado na base de dados utilizada, expôs as ações realizadas por uma ONG que trabalha com o público desde 2007 e que funcionou durante quatro anos no ASITT.

Como demonstrado no artigo, inicialmente o Instituto Barong atuou no auxílio jurídico às pessoas trans e travestis para a retificação do nome em documentos e, posteriormente desenvolveram atividades voltadas para disseminação dos direitos dessa população com cartilhas que explicitam estes direitos, onde são localizados e quais são os serviços que estão disponíveis para essa população, a disseminação de informações de cunho educativo e de prevenção a infecções sexualmente transmissíveis, entre outras ações.

De modo geral, o artigo levanta as contribuições da ONG na cidade de São Paulo que durante anos promoveu ações e oficinas que contribuíssem para essa população no âmbito pessoal e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo, verificou-se que apesar da diversidade de temas discutidos nos artigos encontrados em relação a transexualidade, muitos dos autores chamaram atenção para questão do apoio e suporte social que essas pessoas demandam justamente pelo lugar e pelas condições em que essas pessoas são empurradas a viver, uma vez que os estigmas e preconceitos atuam de forma a marginalizá-las.

Também foi possível perceber com a revisão dos artigos que o acúmulo de saberes pelos serviços de saúde direcionados para a população trans e travesti é de suma importância para o conhecimento desse público em suas demandas e reivindicações, bem como para o aprimoramento do serviço prestado. Questões como a humanização do cuidado e o combate do preconceito nos serviços de saúde são muito importantes para não afastar essas pessoas da assistência e conseqüentemente deixá-las desassistidas.

O combate sistêmico à transfobia enraizada na sociedade em todas as suas instituições é urgente já que o que se encontra em jogo é vida dessas pessoas, no sentido da produção das vulnerabilidades que são enfrentadas por não reproduzirem os padrões de gênero impostos socialmente e decidirem viver conforme se identificam.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia, MURTA, Daniela e LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2009, v. 14, n. 4 [Acessado 1 Junho 2021] , pp. 1141-1149. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>>. Epub 27 Out 2009. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>.

ARÁN, Márcia, ZAIHAF, Sérgio e MURTA, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2008, v. 20, n. 1 [Acessado 2 Junho 2021] , pp. 70-79. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000100008>>. Epub 24 Jun 2008. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000100008>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: 1. Ed., 1. Reimp., 2013.

CARDOSO, Fernando Luiz. Inversões do papel de gênero: "drag queens", travestismo e transexualismo. *Psicologia: Reflexão e Crítica* [online]. 2005, v. 18, n. 3 [Acessado 2 Junho 2021] , pp. 421-430. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300017>>. Epub 10 Abr 2006. ISSN 1678-7153. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300017>.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. *REME. Rev Min Enferm.* 2014 jan/mar; 18(1): 1-260. [Acessado 1 Junho 2021] Disponível em: <<https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/v18n1a01.pdf>>

GIANNA, Maria Clara; MARTINS, Ricardo Barbosa; SHIMMA, Emi. Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais: desafios e realizações. *BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)*; 19(2): 98-104, Dez. 2018. [Acessado 1 Junho 2021] Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1016654/bis-v19n2-diversidade-98-104.pdf>

GIONGO, Carmem Regina; MENEGOTTO, Lisiane Machado De Oliveira; PETERS, Simone. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia.

PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2012, 32 (4), 1000-1013. [Acessado 1 Junho 2021] Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/tT8K6kkz6gMCX9J9zZcB4qd/?format=pdf&lang=pt>

GONÇALVES, Mariluci Vieira Gomes de Souza; FRANCO, Neil. Olhares e abordagens sobre crianças trans. *Journal Health NPEPS*. 2019 jul-dez; 4(2):405-422. [Acessado 1 Junho 2021] Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3870>>

MCBRITTON, Marta; DI PIETRO, Tadeu; FIGUEIREDO, Regina. Experiências de uma ONG na promoção de direitos e saúde trans em São Paulo. *BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)*; 19(2): 125-134, Dez. 2018. tab, ilustr. [Acessado 1 Junho 2021] Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1016749/bis-v19n2-diversidade-125-134.pdf>>

MENDES, Karina Dal Sasso, SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira e GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem* [online]. 2008, v. 17, n. 4 [Acessado 1 Junho 2021] , pp. 758-764. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>>. Epub 12 Jan 2009. ISSN 1980-265X. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>.

MENEZES, Lincoln Moreira de Jesus. Transfobia e racismo: articulação de violências nas vivências de trans. *BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)*; 19(2): 62-76, Dez. 2018. Tab. [Acessado 1 Junho 2021] Disponível em: <[bis-v19n2-diversidade-62-76.pdf \(bvsalud.org\)](https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1016749/bis-v19n2-diversidade-62-76.pdf)>

PERES, William Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo , v. 11, n. 22, p. 261-277, dez. 2011 . [Acessado 1 Junho 2021] Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 jun. 2021.

PRÓCHNO, Caio César Sousa Camargo, NASCIMENTO, Maria José de Castro e ROMERA, Maria Lúcia Castilho. Body building, travestismo e feminilidade. *Estudos de Psicologia (Campinas)* [online]. 2009, v. 26, n. 2 [Acessado 2 Junho 2021] , pp. 237-245. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000200011>>. Epub 17 Jul 2009. ISSN 1982-0275.
<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000200011>.

RODRIGO, Cássio. Nome social e a plena cidadania T. BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.); 19(2): 29-36, Dez. 2018. [Acessado 1 Junho 2021] Disponível em: <[bis-v19n2-diversidade-29-36.pdf \(bvsalud.org\)](https://bvsalud.org/bis-v19n2-diversidade-29-36.pdf)>

SAADEH, Alexandre; CAETANO, Liliane de Oliveira; GONZALEZ, Luciane. AMTIGOS - Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, do IPq-HCFM/USP: proposta de trabalho com crianças, adolescentes e adultos. BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.); 19(2): 86-97, Dez. 2018. [Acessado 1 Junho 2021] Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1016648/bis-v19n2-diversidade-86-97.pdf>>

SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto , v. 15, n. 2, p. 27-44, dez. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 jun. 2021.

SOARES, Milene et al. O apoio da rede social a transexuais femininas. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 2011, v. 21, n. 48 [Acessado 2 Junho 2021] , pp. 83-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000100010>>. Epub 27 Maio 2011. ISSN 1982-4327. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000100010>.